Por Fernando Borges Vieira

A judicialização da saúde tornou-se um dos fenômenos mais desafiadores para a sustentabilidade do setor de saúde suplementar no Brasil

A judicialização na saúde suplementar no Brasil: Análise de tendências, custos e cenários prospectivos até 2035

Este artigo busca trazer ao leitor a suma do Estudo Especial - Judicialização Na Saúde Suplementar: Desafios Regulatórios e Caminhos para a Sustentabilidade do Setor até 2035 realizado pelo IESS - Instituto de Estudos de Saúde Suplementar.

A CF/88 estabeleceu um arranjo institucional singular ao instituir o SUS - Sistema Único de Saúde e permitir a atuação complementar da iniciativa privada. Contudo, a partir do final dos anos 1990, observou-se o despertar da judicialização da saúde, impulsionada pela epidemia de HIV/AIDS e fortalecida pelo CDC e pela criação da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Leia aqui na íntegra.

Fonte: Migalhas, em 03.02.2026